



PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO

EDITAL UFU/PF/UFU/PSF/ULA 001/2018

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno contém um total de **20** questões de múltipla escolha e **01** questão dissertativa.
2. Fique atento aos avisos a serem feitos pelo chefe de setor.
3. Após ser autorizado, abra o caderno, verifique o seu conteúdo e solicite imediatamente a troca caso falem folhas ou existam falhas na impressão.
4. Transfira cada uma de suas respostas para a **Folha de Respostas** conforme as instruções lá contidas.
5. Para se dirigir aos fiscais, levante o braço e aguarde ser atendido.
6. O candidato que for flagrado com **telefone celular** ou outro aparelho eletrônico, **mesmo desligado**, terá a sua prova anulada. Não leve o celular ou outro aparelho eletrônico para o banheiro, pois o porte destes, nessa situação, também ocasionará a anulação da prova.
7. Ao término da prova, este caderno deverá ser levado pelo candidato.

OBS.: os fiscais não estão autorizados a dar informações sobre esta prova.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Processos Seletivos



RRRSELUNHO



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir.

Programados para pensar

Roy H. Hamilton e Jihad Zreik

É difícil imaginar alguém, por brilhante que seja, que não queira ser ainda mais inteligente. O que há algum tempo seria tema de ficção científica está cada vez mais perto de se tornar realidade, graças a recentes avanços na ciência neural. Pesquisadores estão descobrindo formas inéditas de acelerar o funcionamento do

5 cérebro humano. Mas é inevitável fazer alguns questionamentos e, talvez, o primeiro deles seja: precisamos, de fato, entrar nesse mundo?

Nos últimos anos, a sociedade moderna tem cultivado a ideia básica de que é importante aperfeiçoar nosso intelecto por meio de procedimentos artificiais – o que pode ser chamado "neurologia cosmética".[...]

10 Some-se a esses avanços outro método de desenvolvimento cognitivo: estimulação transcraniana por corrente contínua (ETCC).

Os pesquisadores ainda não têm certeza se a ETCC pode provocar alterações neurais de longo prazo, mas muitos cientistas estão trabalhando nessa abordagem. Embora a maioria dos testes mostre apenas efeitos transitórios, há algumas evidências

15 de que aplicações repetidas possam ter resultados mais persistentes. O procedimento ainda não foi aprovado pela Food and Drug Administration (FDA), a agência americana que controla alimentos e medicamentos, e o consenso entre especialistas é que o método deve ser realizado apenas com supervisão qualificada. Mas, se usado adequadamente, parece seguro, com a vantagem de o equipamento ser portátil, fácil de

20 aplicar e relativamente barato.

A ideia é tão simples que alguns adeptos do "faça você mesmo" construíram os próprios aparelhos para uso doméstico, ignorando alertas preventivos. Mesmo que nem todos adotem essa postura despreocupada, a estimulação eletrônica do cérebro tem chances de se propagar. Em recente pesquisa *on-line* realizada nos Estados Unidos,

25 87% dos entrevistados responderam que se submeteriam à ETCC se isso pudesse melhorar seu desempenho na escola ou no trabalho.

Será que devemos observar com satisfação essa oportunidade de nos tornarmos versões mais inteligentes, velozes e atentas de nós mesmos? Embora uns poucos neurocientistas tenham endossado sem reservas o uso geral dessa "ligação direta" para

30 pensar, outros (incluindo nós) não têm tanta certeza, já que a segurança é uma questão primordial em qualquer aparelho biomédico. E surge um impasse ético: se a ETCC se tornar amplamente disponível, provavelmente apenas os mais ricos a usariam para fortalecer sua condição já privilegiada.

Outras questões também trazem perplexidade. Pode-se imaginar que

35 tecnologias de manipulação do cérebro como a ETCC permitirão que usuários reajustem o maquinário neural que ressalta aspectos importantes da individualidade e da experiência cognitiva da pessoa. Levando esse pensamento a uma conclusão lógica, pode-se perguntar se os usuários poderão encontrar formas de transformar a si



40 mesmos. Além disso, seria aceitável impor essas mudanças a outros – estudantes ou,
digamos, trabalhadores ou soldados – para reforçar determinadas habilidades?
Certamente as pessoas podem (e devem) desenvolver qualidades morais e lutar contra
as próprias limitações. A questão é como se faz isso. No caso do aprimoramento por
meio de um dispositivo externo, podemos perguntar, por exemplo, como aspectos
45 emocionais acompanhariam a experiência acelerada de ampliação dos recursos
cognitivos. Algo vital poderia ser perdido se toda tarefa intelectual desafiadora ou
momento afetivamente difícil pudessem ser aliviados ao pressionarmos um botão?
Provavelmente sim.

Particularmente, duvidamos que esses extremos se realizem. Mesmo assim,
vale a pena examiná-los ao avaliar decisões que possam ter resultados inadvertidos.
50 Quaisquer técnicas de aprimoramento do cérebro terão de ser examinadas caso a caso,
até que a sociedade chegue a uma maior compreensão de suas consequências. Se
esses procedimentos se tornarem amplamente disponíveis, cientistas e outros
profissionais terão de arcar com a responsabilidade de ensinar a pessoas comuns o uso
seguro e adequado da tecnologia. Enquanto isso, podemos dizer apenas que
55 ferramentas como a ETCC e similares são motivo para expectativa. E cautela.

Scientific American Mentecérebro, julho 2015, p. 56-57 (texto adaptado)

QUESTÃO 01

Mas é inevitável fazer alguns questionamentos e, talvez, o primeiro deles seja:
precisamos, **de fato**, entrar nesse mundo?

No trecho acima, a expressão em negrito cumpre a função de

- A) contradizer uma asserção anterior.
- B) confirmar uma asserção anterior.
- C) concluir a respeito de uma asserção anterior.
- D) relativizar uma asserção anterior

QUESTÃO 02

Mas, se usado adequadamente, parece seguro, com a vantagem de o
equipamento ser portátil, fácil de aplicar e relativamente barato.

No trecho acima, a expressão em negrito expressa relação de

- A) finalidade.
- B) proporção.
- C) conformidade.
- D) oposição.



QUESTÃO 03

Em relação às formas verbais em destaque, correlacione a segunda coluna com a primeira.

- | | | |
|---|-----|---|
| I. “A ideia é tão simples que alguns adeptos do "faça você mesmo" construíram os próprios aparelhos para uso doméstico [...].” | () | O tempo verbal denota um fato hipotético. |
| II. “Quaisquer técnicas de aprimoramento do cérebro terão de ser examinadas caso a caso [...].” | () | O tempo verbal denota um fato atual, ou seja, simultâneo ao momento da fala. |
| III. “Os pesquisadores ainda não têm certeza se a ETCC pode provocar alterações neurais de longo prazo [...].” | () | O tempo verbal denota um fato passado já concluído. |
| IV. “[...] provavelmente apenas os mais ricos a usariam para fortalecer sua condição já privilegiada”. | () | O tempo verbal está sendo empregado para indicar um fato provável, posterior ao momento em que se fala. |

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- A) IV, III, I, II
- B) I, III, IV, II.
- C) IV, II, I, III.
- D) II, III, IV, I.

QUESTÃO 04

A ideia é tão simples que alguns adeptos do "faça você mesmo" construíram os próprios aparelhos para uso doméstico [...]

A relação expressa entre as orações é de

- A) concessão.
- B) conformidade.
- C) consecução.
- D) comparação.



QUESTÃO 05

Embora uns poucos neurocientistas tenham endossado sem reservas o uso geral dessa "ligação direta" para pensar, outros (incluindo nós) não têm tanta certeza [...]

Dando nova redação ao trecho em destaque, sem alterar as relações semânticas nele presentes, obtém-se:

- A) Apesar de uns poucos neurocientistas terem endossado sem reservas o uso geral dessa "ligação direta"
- B) Quando uns poucos neurocientistas endossaram sem reservas o uso geral dessa "ligação direta,
- C) Desde que uns poucos neurocientistas tenham endossado sem reservas o uso geral dessa "ligação direta" para pensar,
- D) Se uns poucos neurocientistas tenham endossado sem reservas o uso geral dessa "ligação direta"

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 06

Sobre a Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Somente podem ser nomeados servidores para investidura em cargo ou emprego público que tenham sido previamente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- C) A Administração Pública pode ser direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- D) O poder de polícia da Administração Pública consiste exclusivamente na atividade estatal que limita o exercício dos direitos individuais em benefício da segurança pública, em sentido estrito.

QUESTÃO 07

De acordo com a Lei 8.666/93 são modalidades de licitação, **EXCETO**:

- A) O convite.
- B) A convocação de preços.
- C) O leilão.
- D) O concurso.



QUESTÃO 08

O atributo que consiste na possibilidade de certos atos administrativos serem decididos e executados diretamente pela própria administração, independentemente de ordem judicial, denomina-se

- A) presunção de legitimidade.
- B) tipicidade.
- C) imperatividade.
- D) autoexecutoriedade.

QUESTÃO 09

Membros da comissão de concurso de determinada Universidade fraudaram um certame para favorecer determinado candidato, amigo íntimo de um dos membros da citada comissão. No caso em tela, os agentes públicos envolvidos afrontaram diretamente o princípio administrativo expresso no art. 37, caput, da Constituição da República. Trata-se do princípio da:

- A) competitividade.
- B) isonomia.
- C) razoabilidade.
- D) impessoalidade.

QUESTÃO 10

São garantias processuais expressamente previstas na Constituição Federal, **EXCETO**:

- A) A obrigatoriedade de recolhimento a prisão após a condenação criminal em segunda instância.
- B) O devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.
- C) A proibição das provas obtidas por meios ilícitos.
- D) O juízo natural e a presunção de inocência.

QUESTÃO 11

NÃO compete aos juízes federais processar e julgar

- A) as ações cíveis e criminais que envolvam entidade autárquica federal, tais como universidades federais e agências reguladoras federais.
- B) as causas cíveis contra empresas públicas federais, tais como a Caixa Econômica Federal.
- C) as ações diretas de inconstitucionalidade de lei federal.
- D) os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais.



QUESTÃO 12

Considere as afirmativas a seguir:

- I. A responsabilidade civil do Estado por atos praticados por seus agentes é, em regra, objetiva.
- II. São princípios da Administração Pública expressos na Constituição Federal a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Como estes princípios se localizam na Constituição Federal, eles somente serão aplicáveis as administrações estaduais e municipais se suas respectivas Constituições Estaduais ou Leis Orgânicas Municipais expressamente os consagrarem.
- III. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público. Assim, é inconstitucional a norma que fixa o limite do subsídio dos desembargadores a 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Assinale a alternativa que apresenta apenas afirmativa(s) correta(s).

- A) II
- B) I
- C) I e III
- D) I, II e III

QUESTÃO 13

No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela Carta Magna;
- B) A Constituição Federal assegura o livre exercício ao culto religioso, enquanto não for contrário à ordem, tranquilidade e sossego públicos, bem como compatível com os bons costumes;
- C) Os direitos fundamentais e garantias constitucionais são assegurados apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, não se estendendo, portanto, às pessoas jurídicas.
- D) A Constituição Federal admite a interceptação telefônica por ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.



QUESTÃO 14

O fato **NÃO** dispensa a prova em juízo quando

- A) testemunhado por um Juiz.
- B) notório.
- C) confessado.
- D) não impugnado pelas partes.

QUESTÃO 15

Sobre os prazos dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- A) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 48 (quarenta e oito) horas o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- B) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- C) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- D) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão os dias corridos.

QUESTÃO 16

Com relação ao acesso ao juizado especial, assinale a afirmativa correta.

- A) Em segundo grau, o recorrente vencido, pagará as custas e honorários de advogado.
- B) Necessita do pagamento de custas em ambos os graus de jurisdição.
- C) Não há necessidade de preparo de recurso.
- D) A sentença de primeiro grau sempre condenará o vencido em custas e honorários de advogado.

QUESTÃO 17

De acordo com o Código de Processo Civil, quando a parte for a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público, na contagem dos prazos, computa-se em

- A) dobro o prazo para contestar e em quádruplo o prazo para recorrer.
- B) dobro o prazo para todas as suas manifestações processuais.
- C) triplo o prazo para contestar e em dobro o prazo para recorrer.
- D) dobro o prazo para contestar, não havendo contagem diferenciada do prazo para recorrer.



QUESTÃO 18

Quanto aos pronunciamentos do juiz, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, que põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, extingue a execução.
- B) São despachos todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte.
- C) Acórdão é o julgamento proferido pelo juiz.
- D) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.

QUESTÃO 19

O Procurador Federal Fulano de Tal recebeu duas citações de processos da UFU. Ao analisar as petições iniciais, bem como a distribuição dos processos, percebe que o processo A, que deveria ter sido ajuizado na Justiça Federal de Ituiutaba, o foi na Justiça Federal de Uberlândia, e que o processo B, que deveria correr no Juizado Especial Federal, foi distribuído para uma das Varas Federais.

De acordo com o regramento do CPC/15, assinale a alternativa que indica o procedimento que ele deverá adotar.

- A) Acrescentar uma preliminar de incompetência na contestação, em ambos os casos.
- B) Redigir, no processo A, uma exceção de incompetência e, no processo B, uma preliminar de incompetência na contestação.
- C) Acrescentar, no processo A, uma preliminar de incompetência na contestação e, ao processo B, uma exceção de incompetência.
- D) Redigir uma exceção de incompetência em ambos os casos.

QUESTÃO 20

Sobre a apelação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Em regra, a apelação terá efeito suspensivo.
- B) O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias.
- C) O juiz recorrido não deverá realizar juízo de admissibilidade, devendo remeter o processo para o tribunal tão logo receber as contrarrazões da parte contrária ou transcorrer o prazo para tal.
- D) Se o apelante interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelado para apresentar contrarrazões.



QUESTÃO DISSERTATIVA

“A representação judicial da União, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, era exercida pelo Ministério Público da União – MPU, que cumulava as funções de defensor do ente político federal e dos interesses da sociedade.

Com o advento da Carta Magna, no âmbito federal, foi conferida à Advocacia-Geral da União - AGU, nova instituição criada, a atribuição de promover a representação judicial e extrajudicial da União, e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

O constituinte de 1987/1988, com o objetivo de dinamizar a atividade jurisdicional, de forma inovadora, conferiu um capítulo próprio para aquilo que denominou “Funções Essenciais à Justiça”.

Na busca do aperfeiçoamento democrático do Brasil, o constituinte originário inseriu a Advocacia Pública entre as Funções Essenciais à Justiça, e fez distinção entre a Advocacia da União e a Advocacia dos Estados-membros e Distrito Federal. Dessa maneira, a Carta Política de 1988 inovou ao estabelecer um capítulo próprio sobre o tema, distinto daqueles destinados aos chamados Poderes de Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). Trata-se do quarto capítulo chamado - Das Funções Essenciais à Justiça.”

(Do artigo A Advocacia-Geral da União como função essencial à justiça na Constituição Federal de 1988, autora DANIELLE FELIX TEIXEIRA: Procuradora Federal em Brasília-DF, disponível no site www.conteudojuridico.com.br)

A partir do texto acima, discorra sobre as funções essenciais da justiça e sobre a relevância da Advocacia Geral da União ter sido inserida nesse rol, tendo em vista suas atribuições.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Processos Seletivos



RRRSELUUNHO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Processos Seletivos



RRRSEELUNHO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Processos Seletivos

